

JANEIRO 2020

Diretor:  
João Dias da Silva

Jornal  
online

Federação Nacional  
da Educação

FNE desafia Ministro da Educação

# É URGENTE DIALOGAR

P.3 À P.6



# e ditorial

## VOTOS DE BOM ANO SÃO VOTOS PARA MUDANÇAS NÃO ABDICAMOS DO RESPEITO PELOS LIMITES DO TEMPO DE TRABALHO

Ainda vamos a tempo de a todos desejar um bom ano. Afinal, ainda estamos no final de janeiro, logo o novo ano ainda mal começou. E mais vale dizer que mal começou do que começou mal. Vem isto a propósito da primeira reunião que a FNE realizou neste mês de janeiro, no passado dia 22, com o Ministro da Educação e os seus Secretários de Estado.

Importa dizer que a opção determinada para esta primeira reunião, realizada embora demasiado tarde em relação ao início de funções do atual Governo, foi a de apostar na manifestação clara da disponibilidade para substituir a ausência de pontos de convergência que marcou as relações da FNE com o ME durante a anterior legislatura, pela possibilidade de identificação de pontos comuns de trabalho e de busca partilhada de soluções. E quanto a este objetivo, só o futuro dirá se o objetivo é atingido.

Como a FNE registou no final desta reunião, não bastam boas afirmações de princípios e de aposta no diálogo e na negociação; é preciso é concretizar o diálogo. E a concretização do diálogo exige respeito pelas propostas apresentadas por cada uma das partes. Em Educação, diálogo e concertação concretizam-se em medidas construídas na negociação das perspetivas em presença e que promovam mudanças de que saia beneficiado o sistema educativo e valorizados os seus profissionais. É nesta linha que se situa a intervenção da FNE e que sustentou as intervenções feitas neste primeiro encontro formal.

Entendemos que tardou esta primeira reunião, uma vez que já deveria ter sido aberta a possibilidade para que FNE e ME pudessem analisar os problemas que cada um identifica e para que se tivesse iniciado um processo de negociação que já fosse mais adiantado. A FNE teria tido a oportunidade para apresentar propostas que pudessem ter expressão no projeto de Orçamento de Estado que o Governo apresentou. Não foi assim que aconteceu, mas, como o povo bem diz, “mais vale tarde do que nunca”. É essencial passar agora das palavras aos atos, e tendo consciência do que é que é mais urgente e passível de solução mais rapidamente.

Certamente que a questão da organização do tempo de trabalho dos educadores e professores constitui um problema que está a precisar de solução, para que sejam escrupulosamente respeitados os limites do tempo de trabalho docente. Os docentes têm direito a poderem organizar a sua vida profissional com respeito pela sua vida pessoal e familiar. É por isso que não podem viver cada semana de trabalho ultrapassando sistematicamente as 35 horas de trabalho, para responderem a todas as solicitações que aparecem, no âmbito de uma componente letiva de estabelecimento sem limites e de que as escolas se servem para garantirem todo o seu funcionamento; ou até através da utilização abusiva da componente não letiva de trabalho individual, fazendo com que as atividades que aqui deveriam estar inseridas transitem para o tempo de vida individual que deveria ser respeitado. Quando há a perspetiva de ser ultrapassado o limite do tempo de trabalho de cada um, é necessário estabelecer as devidas compensações. Ao que ninguém pode ser obrigado é a cumprir mais do que 35 horas de trabalho semanal. Esta será certamente uma linha prioritária de intervenção da FNE, esperando-se que esta constitua já uma oportunidade para que o ME demonstre que está empenhado efetivamente na via do diálogo.

A FNE não deixará de colocar o problema e as propostas e não deixará de estar disponível para contribuir para boas soluções.

João Dias da Silva  
Secretário-Geral



## NESTA EDIÇÃO

**P.2** - EDITORIAL | **P.7** - DIA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO: ENSINAR, APRENDER, CONSTRUIR O FUTURO | **P.8, P.9**- FNE LANÇA CAMPANHA "POR AUMENTOS SALARIAIS DIGNOS!" | **P.10**- PROGRAMA DO SEMINÁRIO "MELHORAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA" NO FUNCHAL | **P.11** - TRABALHADORES NÃO DOCENTES VALORIZADOS, QUALIFICADOS E PRESTIGIADOS | **P.12, P.13** - COMO MELHORAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NO SEMESTRE EUROPEU | **P.14** - DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA JANEIRO DE 2020 | **P.15 À P.17** - +VANTAGENS FNE | **P.18, P.19** - REGULAMENTO DO CONCURSO «ERA UMA VEZ O 1º DE MAIO»

## RESOLUÇÃO

# A FNE aposta na via do diálogo e da negociação



O Secretariado Nacional da FNE, reunido a 15 de janeiro de 2020, apelou ao Ministro da Educação para que na reunião de 22 de janeiro demonstrasse uma efetiva disponibilidade para o diálogo, para a negociação e para a concertação, traduzida no lançamento de processos que pudessem acolher as preocupações dos trabalhadores da educação que a FNE representa.

No quadro do Roteiro para a Legislatura 2019-2023, elaborado e aprovado pelo Secretariado Nacional em julho de 2019, a FNE entendia que esta deveria constituir uma oportunidade para que se iniciassem procedimentos de consultas e de negociação que envolvessem nomeadamente, e com maior urgência, as seguintes áreas:

- . Combater o envelhecimento do corpo docente e garantir o seu rejuvenescimento, através de políticas consistentes de reconheci-

mento do elevado desgaste que muitos anos de serviço implicam para todos os docentes e determinando políticas para que estes atinjam a situação de aposentação em dignidade;

- . Promover a atratividade da profissão docente, quer do ponto de vista das remunerações, particularmente em início de carreira, quer do desenvolvimento da carreira, eliminando os estrangulamentos administrativos que hoje amarram milhares de docentes com muitos anos de serviço aos escalões de início de carreira, e garantindo a contabilização integral do tempo de serviço prestado para efeitos de posicionamento em carreira, ou, por opção de cada docente, para outras soluções de utilização desse tempo, nomeadamente a aposentação;

- . Permitir que o trabalho dos educadores e professores se centre naquilo que é nuclear da sua atividade profissional, os seus

alunos, libertando-os de amarras administrativas e burocráticas e promovendo mais trabalho de equipa entre os diversos profissionais e respeitando os limites do tempo de trabalho, no quadro de uma necessária clarificação, quer dos conteúdos, quer das dimensões das componentes da atividade docente, letiva e não letiva;

- . Eliminar a precariedade entre todos os que trabalham em educação, o que tem de integrar o estabelecimento de uma política de concursos de docentes corrigida que assente numa determinação e preenchimento integral dos quadros de escola, de forma a impedirmos que milhares de docentes estejam desempregados e milhares de alunos sem aulas, bem como a revisão da dimensão geográfica dos QZP, diminuindo-a, e determinando mecanismos de apoio a colocações em zonas carenciadas e de difícil acesso a arrendamento de habitação;

. Reforçar a autoridade dos que trabalham na educação, com tolerância zero para a indisciplina ou a violência em contexto escolar, através de medidas preventivas, nomeadamente com equipas multidisciplinares de acompanhamento do clima interno das escolas, e assumindo as agressões físicas como crime público;

. Dotar as escolas com o número e diversidade de trabalhadores não docentes indispensáveis ao funcionamento de todos os serviços de apoio;

. Valorizar os trabalhadores não docentes, através do reconhecimento dos seus conteúdos funcionais específicos, e da disponibilização da formação que é absolutamente indispensável;

. Promover a concretização do princípio da educação inclusiva tendo em conta, por um lado, os resultados da consulta pública que a FNE promoveu sobre a aplicação da nova Legislação, e, por outro lado, a avaliação permanente e participada do seu desenvolvimento;

. Garantir que até 31 de julho de 2021 cessam todas as situações de amianto em instalações escolares;

. Promover mecanismos de acompanhamento por parte da FNE do processo de transferência de competências para as Autarquias Locais;

. Contribuir para o reconhecimento dos docentes do Ensino Português no Estrangeiro, garantindo equidade no seu tratamento, tanto ao nível das remunerações e das condições de trabalho, como dos concursos em território nacional.

O Secretariado Nacional fará oportunamente a análise dos procedimentos que se seguirem à reunião do próximo dia 22 de janeiro, e prosseguirá a determinação de conteúdos concretos de intervenção nas políticas educativas através de um documento que está a

preparar e designado “Melhorar a escola – valorizar os profissionais”.

### **A FNE ASSINALA O CONTRIBUTO DECISIVO QUE DEU PARA O ESTABELECIMENTO DO ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE**

No ano em que se assinalam os 30 anos sobre a publicação do Estatuto da Carreira Docente, o Secretariado Nacional recorda o contributo decisivo que naqueles tempos a FNE deu para que se definisse à época um Estatuto da Carreira Docente de valorização dos docentes portugueses.

Ao longo dos tempos, e ao fim de quase uma vintena de alterações, o Estatuto da Carreira Docente está hoje desconfigurado e muitos dos seus valores essenciais iniciais foram ou anulados ou postos em causa em resultado daquelas alterações. A verdade é que nenhuma alteração resultou de qualquer estudo de avaliação quanto ao que deveria mudar, ou sequer de apreciação dos efeitos reais a que essas mudanças iriam conduzir.

É hoje essencial retomar princípios de valorização e de reconhecimento da profissão docente, valorizando a sua especificidade e consistência científica, assente nas exigências da formação inicial e ainda na base reflexiva da ação profissional.

A FNE lançará oportunamente iniciativas a propósito da celebração da publicação do Estatuto da Carreira Docente, a qual integrará também o programa do Fórum FNE 2020 que decorrerá em Lisboa nos dias 17 e 18 de abril de 2020.

### **AS NEGOCIAÇÕES NOS SETORES PRIVADO E SOCIAL DEVEM TRAZER EVOLUÇÕES POSITIVAS PARA OS TRABALHADORES**

O Secretariado Nacional saúda os últimos desenvolvimentos conseguidos na negociação de revisão do contrato coletivo de trabalho dos docentes e trabalhadores não docentes do ensino particular e

cooperativo e profissional. O Secretariado Nacional sublinha o empenho da FNE, ao longo destes últimos seis meses, no sentido de melhorar e valorizar as condições de trabalho dos profissionais deste setor de ensino.

O Secretariado Nacional da FNE aprova a orientação genérica de se estudar uma proposta de revisão da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário em funções nas IPSS.

O Secretariado Nacional manifesta, no entanto, as suas fortíssimas preocupações em relação às dificuldades que estão a ser sentidas no âmbito da contratação coletiva nos setores privado social, neste caso, particularmente, em relação às Misericórdias.

### **FNE SOLIDÁRIA COM GREVE CONVOCADA PELA FESAP**

O Secretariado Nacional da FNE decidiu exprimir total solidariedade com a greve marcada para o dia 31 de janeiro e anunciada em 19 de dezembro de 2019 pelo Secretário-Geral da FESAP, para os trabalhadores da administração pública. O que está em causa neste dia de protesto é a total ausência de um processo negocial sério e construtivo para os aumentos salariais de todos os que prestam serviço público. O que está em causa é a conduta unilateral de imposição do governo de aumento de 0,3 por cento aos seus trabalhadores.

O Secretariado Nacional da FNE apela ao Governo para que passe a adotar uma atitude de real disponibilidade para a negociação coletiva de forma a promover no seu âmbito a determinação de valorização das carreiras da administração pública.

O Secretariado Nacional considera ainda essencial que seja rejeitado o regime diferente, mais gravoso e discriminatório aplicável aos docentes da Região Autónoma dos Açores, no que à compensação por caducidade a termo resolutivo respeita.

# FNE desafiou Ministério da Educação para a negociação e diálogo



A 22 de janeiro de 2020, a FNE esteve no Ministério da Educação (ME), para a primeira reunião com o Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues e os Secretários de Estado da Educação, João Costa e Susana Amador, na presente Legislatura.

A delegação, constituída pelo Secretário-Geral (SG) João Dias da Silva, pelos Vice-Secretários-Gerais Lucinda Manuela Dâmaso, José Ricardo e Pedro Barreiros e pelos Secretários Nacionais Josefa Lopes, Maria José Rangel, Maria Adelaide Lobo, Cristina Ferreira e Ricardo Jorge Baptista, partiu para este encontro com um sentimento claro de insatisfação pela demora na marcação desta primeira reunião, o que não permitiu que as preocupações presentes no Roteiro para a

Legislatura, elaborado pela FNE, pudessem ter expressão no Orçamento de Estado para 2020. De qualquer forma, e como "mais vale tarde que nunca", esta foi uma reunião que, segundo João Dias da Silva "serviu para o lançamento de perspetivas de processos negociais futuros", tendo a FNE aproveitado para "elencar um conjunto de matérias mais urgentes, para além de ter procedido à entrega do Roteiro para a Legislatura que tem todas as áreas de intervenção que necessitam de ser tratadas nos próximos quatro anos".

Foram várias as matérias apresentadas pela FNE como prioritárias para resolução. Desde logo, a questão do desgaste a que os profissionais docentes estão

sujeitos, com o SG da FNE a referir que "é necessário que existam mecanismos no sentido que se definam termos para uma aposentação que tenha em conta este desgaste. Entendemos que esta é uma linha de trabalho que se integra no combate ao envelhecimento do corpo docente e consequentemente do rejuvenescimento desse mesmo corpo docente".

Outro tema que a FNE levou à mesa foi a organização do tempo de trabalho, no contexto do que é o conteúdo da componente letiva e não-letiva e da sistemática ultrapassagem dos limites legais do tempo de trabalho.

Dias da Silva afirmou que "trouxemos exemplos concretos daquilo que são excessos que ocorrem nas escolas na atribuição de serviço aos professores". Sobre este tema, o Ministro da Educação referiu que nenhum docente ou não docente pode ser obrigado a fazer mais do que 35 horas de trabalho semanal na sua escola. É necessário que isto tenha efetiva concretização no que virá a ser o Despacho de organização do ano letivo».

A FNE entende que "deve ser parte na negociação deste Despacho, de forma que se possa tratar o que é o conteúdo e a duração do que é a componente letiva e não-letiva. É essencial a participação da FNE nesta negociação", reforçou João Dias da Silva.

NA FNE também fez chegar ao Ministério a sua preocupação relativamente aos concursos, "reafirmando aquele que é o princípio que defendemos que deve estar presente na determinação da legislação de concursos. É preciso garantir que todas as escolas têm quadros que correspondem às suas necessidades e que têm professores colocados para as garantir" com o SG da FNE a acrescentar ainda que "não pode acontecer no próximo ano o que se passou neste que é o facto de existirem alunos sem aulas quando há professores com habilitações profissionais parados em casa. Há que criar mecanismos que permitam que os horários de substituição sejam atrativos, de forma que os professores sintam vontade de os aceitar".

Também foram levantadas questões relativas aos Trabalhadores Não Docentes.

A FNE voltou a reafirmar a sua discordância com atribuição da gestão dos não docentes aos municípios ou sequer que sejam os autarcas a ter papel na avaliação destes trabalhadores.



Segundo João Dias da Silva, "queremos que estas diferenças sejam corrigidas nomeadamente através da clarificação dos conteúdos funcionais dos Trabalhadores Não Docentes e a revisão do que é o regime de avaliação destes funcionários. O que a FNE entende é que as escolas é que têm de ser responsáveis por estas avaliações". A revisão da portaria de rácios "que tem de se readaptar de forma a cobrir todas as necessidades das escolas", foi também tratada,

pois "todas as revisões feitas até agora, foram realizadas em gabinete, longe da realidade e fizeram com que as escolas não tenham Trabalhadores Não Docentes no número desejado e acertado", disse o SG da FNE.

João Dias da Silva garantiu que da parte da FNE "há total disponibilidade para a negociação e diálogo sobre todos estes temas. Mas esta atitude só é possível se da outra parte existir igualmente essa abertura, para que a negociação tenha sentido. E uma negociação com sentido é uma negociação que ouve, acolhe e respeita aquilo que são os contributos das organizações sindicais. A valorização dos profissionais da educação, sejam eles Docentes ou Não Docentes, continua a ser a nossa preocupação dominante. Quanto a isto, tudo faremos junto deste Ministério da Educação, exigindo respostas concretas e claras para as matérias que apresentamos. Porque nós não desistimos", disse a fechar.





## Dia Internacional da Educação: Ensinar, Aprender, Construir o Futuro

O Dia Internacional da Educação foi declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2018 e foi comemorado pela segunda vez em 24 de janeiro de 2020. A criação deste dia é um grande sucesso para o movimento sindical em todo o mundo. Isso demonstra que há um reconhecimento global crescente da importância da educação para alcançar um mundo melhor, graças aos nossos esforços coletivos e incansável defesa ao longo dos anos.

Este ano, o tema do dia é "Aprendendo para as pessoas, planeta, prosperidade e paz". Comemorado sob o lema: "Ensinar, Aprender, Construir o Futuro", o objetivo é destacar o papel da educação para um futuro próspero, pacífico e sustentável. Na verdade, a educação de qualidade, incluindo a educação para o desenvolvimento sustentável e para as mudanças climáticas, é central para a consecução plena dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030, das Nações Unidas.

No entanto, a monitorização do ODS 4 (Educação de Qualidade) pela Internacional da Educação (IE) mostra que os governos estão atualmente "fora do caminho" para alcançar uma educação de qualidade para todos até 2030.

Os Professores e educadores revelaram cinco desafios principais. Embora haja escassez de professores, muitos professores sofrem com um estatuto pouco reconhecido e valorizado e com condições de emprego e trabalho precárias, o que torna o ensino uma profissão muito pouco atraente.

Os direitos humanos e sindicais são constantemente violados e os educadores estão afastados da participação no desenvolvimento das políticas educativas.

Os sistemas públicos estão geralmente subfinanciados e a privatização da educação expande-se e intensifica-se. Os sistemas de educação reforçam desigualdades, excluem e discriminam as minorias e os vulneráveis. Além disso, a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a educação para as mudanças climáticas, permanece marginalizada. Estas assimetrias têm que ser resolvidas com urgência.

Para a FNE, recolocar a Educação nos eixos significa valorizar o estatuto dos professores e educadores e garantir um trabalho digno com boas condições; garantir os direitos sindicais dos educadores e professores e fortalecer o diálogo social e político com os sindicatos da educação; fortalecer os sistemas públicos e interromper a privatização da educação; tornar os sistemas educativos não discriminatórios e inclusivos para os mais vulneráveis; e garantir um currículo abrangente e holístico, tornando a educação para um desenvolvimento sustentável,

incluindo a mudança climática, verdadeiramente universal.

Tal como o Dia Mundial dos Professores, 24 de janeiro é uma ocasião ideal para fazermos ouvir as nossas vozes. O dia é uma oportunidade para reafirmar a educação como um direito humano fundamental e um bem público. É uma oportunidade para reafirmar que os professores qualificados são o grande pilar de uma educação de qualidade. É também uma oportunidade de exortar o governo português a investir mais em Educação, investir mais nos professores e garantir que a nenhuma criança seja negado o seu direito a uma educação pública de qualidade gratuita.

A ONU comemorou o Dia Internacional da Educação num evento de alto nível em Nova York, enquanto inúmeras organizações e indivíduos de todo o mundo celebraram a ocasião de várias maneiras. Na linha da IE, a FNE convidou todos os portugueses a aproveitarem o Dia Internacional da Educação para chamarem a atenção para a importância vital da educação para um futuro sustentável e inclusivo, exigindo dos nossos governantes a implementação urgente e total do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4.

International Day of Education  
24 January

**Teach,  
learn,  
shape  
the future!**

#EducationDay

 Education International  
Internationale de l'Éducation  
Internacional de la Educación  
Bildungsinternationale



# Por aumentos salariais

# dignos!



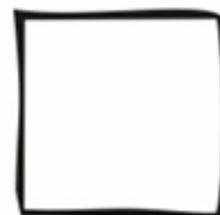
Federação Nacional da Educação

A valorização de cada trabalhador também se concretiza através de aumentos salariais dignos.

A qualidade do serviço público depende de trabalhadores reconhecidos e motivados, por isso exigem-se aumentos salariais que valorizem o empenho profissional com que cada um de nós exerce as suas funções.

Por aumentos salariais dignos em 2020.

A (O) Docente:



Ex.mo Sr. Primeiro-Ministro

Dr. António Luís Santos da Costa

Rua da Imprensa à Estrela 4

1200-888 Estrela - Lisboa

Portugal

FNE Federação Nacional da Educação

# FNE lança campanha "Por aumentos salariais dignos!"

A Federação Nacional da Educação (FNE) lançou esta semana a campanha "Por aumentos salariais dignos!".

Esta campanha, ainda em curso, consiste na mobilização para o envio de um bilhete postal ao Primeiro-Ministro, seja por via postal, ou pelas redes sociais ou através da página oficial do Governo, com uma mensagem que defende que a valorização de cada trabalhador também se concretiza através de aumentos salariais dignos.

Para a FNE, a qualidade do serviço público, que inclui o sistema de Educação e Formação, depende de trabalhadores reconhecidos e motivados, sendo por isso exigível que se determinem aumentos salariais que valorizem o empenho profissional com que cada um exerce as suas funções.

Esta é uma ação que expressa também a total solidariedade da

FNE com a greve marcada para o próximo dia 31 de janeiro e anunciada em 19 de dezembro de 2019 pelo Secretário-Geral da Federação de Sindicatos da Administração Pública (FESAP), para os trabalhadores da administração pública.

O que está em causa neste protesto é a ausência de um processo negocial sério e construtivo para os aumentos salariais de todos os que prestam serviço público. O que está em causa é a conduta unilateral de imposição do governo de um aumento de 0,3 por cento aos seus trabalhadores.

Esta campanha constitui a forma que a FNE determinou para apelar ao Governo para que passe a adotar uma atitude de real disponibilidade para a negociação coletiva, de forma a promover no seu âmbito a determinação de valorização das carreiras da administração pública.

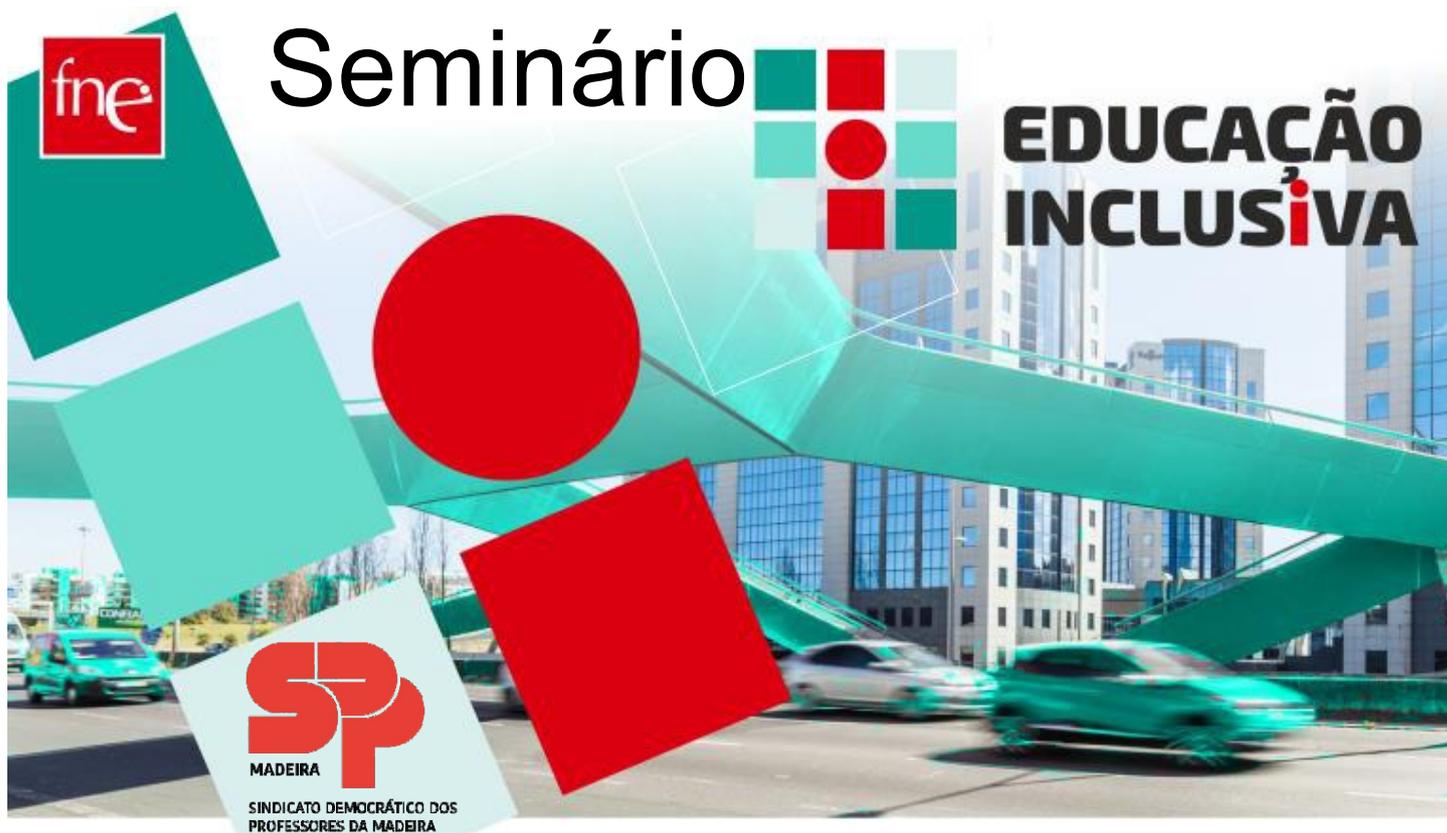
A FNE acrescenta ainda nas suas reivindicações, e como consta da Resolução aprovada pelo Secretariado Nacional de 15 de janeiro passado, que seja rejeitado o regime diferente, mais gravoso e discriminatório aplicável aos docentes da Região Autónoma dos Açores, no que à compensação por caducidade a termo resolutivo respeita.

Com esta Campanha, a FNE pretende mostrar ao Governo que vai continuar a lutar contra as desigualdades e contra a consequente desvalorização dos docentes e dos não docentes das nossas escolas, evidenciando a necessidade de serem definidas soluções capazes de melhorar as condições de desenvolvimento pessoal e de carreiras, mobilizadoras de uma intervenção profissional que seja garantia de uma escola pública de qualidade e equidade, onde todos encontrem resposta às suas necessidades e aos seus desafios.

Não desistimos!



“MELHORAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA”



**04 DE FEVEREIRO – ESCOLA SECUNDÁRIA JAIME MONIZ (SALA CONFERÊNCIAS)**

## PROGRAMA

### 9h30m – Sessão de Abertura

- Jorge Carvalho – Secretário Regional de Educação, Ciência e Tecnologia
- Sónia Silva – Presidente da 6ª Comissão Permanente de Educação, Desporto e Cultura da ALRAM
- Pedro Cabrita – Presidente da Mesa da Assembleia Geral do SDPM
- Jorge Santos – Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral da FNE

### 10h00m – Apresentação do estudo elaborado sobre a aplicação do DL nº 54/2018

- Fátima Carvalho - Coordenadora do Grupo de Trabalho da FNE
- José Carlos Lopes – Membro do Grupo de Trabalho da FNE

### 11h00m – Intervalo

### 11h20m – “A Educação Especial na RAM”

- Marco Gomes – Diretor Regional de Educação
- Manuela Monteiro - Professora de Educação Especial da EBS Dr. Ângelo Augusto da Silva

### 12h30m – Encerramento

- João Dias da Silva – Secretário-Geral da FNE
- António Pinho – Presidente do SDPM



Inscrições de 20 a 31 de janeiro em [www.sdpmadeira.pt](http://www.sdpmadeira.pt) ou pelo telefone 291 765 112

# NÃO DOCENTES

## Trabalhadores não docentes valorizados, qualificados e prestigiados



**FUNCIONÁRIOS  
ESCOLA  
TAMBÉM EDUCAM**

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

O STAAEZN há muito que defende que a criação de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes não corresponde a uma regalia, mas a um fator importante de qualidade dos serviços educativos prestados aos alunos, pais e encarregados de educação e em última análise à comunidade educativa.

O que sabemos, a partir da análise da realidade contextual, é que as opções de política educativa e de gestão de recursos humanos da educação defendida pelos governos, sobretudo a partir de finais de meados da primeira década deste século, avisam que é urgente uma organização diferente relativamente às carreiras dos trabalhadores Não Docentes. Constata-se que este grupo de profissionais deixou de estar limitado às tarefas de limpeza dos espaços escolares e de trabalho administrativo, e que a cultura organizacional das escolas e o sucesso dos seus projetos educativos depende em boa parte da

colaboração dos trabalhadores não docentes.

Ainda, que nos últimos anos, as escolas e os agrupamentos de escolas, para melhor responderem à justiça e à inclusão escolar da população escolar, cada vez mais diversificada, têm vindo a contratar diversos profissionais para uma multiplicidade de tarefas, o que na prática deve ter a sua correspondência nas carreiras. Por exemplo, nos últimos anos inúmeras áreas funcionais têm vindo a acentuar a sua importância, nomeadamente as diferentes áreas da psicologia, serviço social, direito, educação social, finanças, informática, administração.

O STAAEZN continuará a defender que a escola que desejamos e reivindicamos é uma escola em que todos os seus colaboradores educam, são valorizados e respeitados, que têm condições de trabalho, de saúde e de bem-estar.

Abraçamos uma perspetiva que se afasta dos velhos preconceitos e estereótipos, de que aos trabalhadores não docentes apenas cabem as tarefas “menores”, indiferenciadas, burocráticas e administrativas.

O STAAEZN dará voz a todos os não docentes, para que o seu trabalho deixe de ser subestimado e invisível, apenas percebido quando falta o Assistente Operacional para abrir a porta pela manhã, para ficar com as crianças ao fim da tarde. Ou quando falta o Assistente Técnico para processar o vencimento ou tratar do envio de ofícios, ou, ainda, o Psicólogo para ajudar a resolver

aquele problema, daquele aluno com dificuldades de aprendizagem, com ataques de pânico, ou que foi vítima de abusos, etc..

Continuaremos a defender que o trabalho destes profissionais, fundamental para que se criem as condições necessárias para a aprendizagem dos alunos e para que os professores possam desenvolver o seu trabalho, seja valorizado.

Por último, o STAAEZN congratula-se com a redação apresentada no texto do Orçamento de Estado para 2020 de que o “ensino é uma das áreas em que a especialização e a formação dos profissionais são críticas para os resultados obtidos”, sendo que “a não concretização de políticas públicas de educação alheadas de profissionais com carreiras estáveis, valorizadas e de desenvolvimento previsível”, não se consiga atingir o mesmo também para a tão propalada “igualdade de oportunidades no acesso a uma educação inclusiva e de qualidade, assim como para percursos de qualificação diversificados”.

O STAAEZN garantirá a todos os sócios que continuará a lutar por carreiras especiais e por profissionais valorizados e reconhecidos e exigirá que o governo cumpra o que defende neste texto.

Lúcia C. Miranda  
(Vice- Presidente do STAAEZN,  
Membro do Secretariado Nacional  
da FNE)

**STAE**  
ZONA NORTE

# Como melhorar as Políticas de Educação no Semestre Europeu



O Semestre Europeu (SE) 2020, que deu o seu pontapé de saída em 17 de dezembro de 2019, levou o Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) e o Instituto Sindical Europeu da Educação (ETUI) a realizar um seminário de formação, intitulado “Como Melhorar o Diálogo Social nas Políticas de Educação e nas Reformas no Âmbito do Quadro do SE”, essencialmente destinado a dirigentes sindicais que acompanham o processo de governança económica da Comissão Europeia (CE) nos seus países, mais concretamente nas áreas da Educação e Formação.

Neste sentido, Joaquim Santos representou a FNE, num momento em que os sindicatos da educação de toda a União Europeia (UE) desejam abrir o SE à supervisão e contribuição democrática, formulando estratégias e planeando ações, no sentido de construir uma resposta setorial, assim como uma ampla aliança social.

Na verdade, a educação e a vida dos seus trabalhadores são cada vez

mais afetados pelo SE - o processo anual de coordenação de políticas da EU, até porque as preocupações da CE sobre as finanças de cada governo dos Estados Membros (EM) continuam a reter investimentos vitais nos serviços públicos, incluindo os da Educação.

Com o propósito de adquirir novos conhecimentos, compartilhar práticas e elaborar estratégias sindicais para intervir efetivamente no processo do SE, representantes de sindicatos da educação de todos os países da UE reuniram em 12 e 13 de dezembro de 2019, em Bruxelas,



num seminário que juntou especialistas de organizações europeias, académicos e dirigentes sindicais, quer nacionais, quer europeus.

O Semestre Europeu (assim chamado porque se concentra em meio ano, mas dura basicamente quase um ano) é o processo anual de governança económica e social através do qual a UE monitoriza o desempenho global dos EM e orienta as reformas nacionais em direção à convergência das suas principais prioridades.

Embora os primeiros anos do semestre estivessem claramente focados na disciplina financeira e no respeito pelas regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, uma mudança progressiva, na linha dos 20 princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, foi ocorrendo gradualmente, existindo agora um reequilíbrio no domínio das prioridades económicas e sociais. No entanto, as recomendações "sociais" permanecem subordinadas às recomendações macroeconómicas, que frequentemente exigem medidas de consolidação fiscal ou mesmo cortes de gastos.

Uma década de austeridade e um foco determinado nas metas fiscais suscitaram preocupações sobre o aumento das desigualdades entre os países europeus e dentro de cada um deles.

Como resposta, os líderes da UE proclamaram, em 2017, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que consiste numa série de direitos e princípios que visam aumentar a convergência social na Europa, inclusive através dos mecanismos do SE.

O primeiro princípio do Pilar confirma que todos têm direito a uma Educação de Qualidade e que a Educação é essencial para melhorias na economia, no mercado de trabalho e na sociedade. Por conseguinte, não é de surpreender que o semestre tenha agora Recomendações Específicas por País (CSR, em inglês) na área da educação e formação para todos os países da UE.

Este seminário salientou uma vez mais que os sindicatos da educação são fortes defensores do acesso igual à educação de alta qualidade com financiamento público e representam profissionais na linha de frente, que respondem, dia após dia, às necessidades dos alunos mais desfavorecidos.

Na realidade, na nossa ação sindical abordamos incessantemente as consequências e as causas estruturais das desigualdades. No entanto, a nossa voz e a dos profissionais que representamos nem sempre é devidamente escutada nas decisões sobre investimentos e reformas educativas.

O seminário do CSEE/ETUI ofereceu à FNE a oportunidade de aprender mais sobre o quadro macroeconómico da UE e refletir sobre as possibilidades de um SE mais social, aberto e democrático.

Relevante neste campo foi a participação do Prof. Howard Stevenson, que contextualizou o tema “A Agenda das Nações Unidas 2030 e o Pilar dos Direitos Sociais: uma coordenação de governança económica mais social” e de Matthieu Meaulle (da CES -



Confederação Europeia de Sindicatos), que abordou o tema da “Coordenação das Políticas Económicas na UE: como Funciona e por que é Relevante para o Investimento Público e os Orçamentos Nacionais da Educação”.

Houve também a oportunidade de debater, em mesa redonda, com



Szilvia Kalman e Filip Tanay (ambos da CE), vários aspetos relacionados com as “Missões de Fact-Finding para análise de cada País em Educação e Formação dentro do Quadro do SE”, que são reuniões anuais de consulta com parceiros

sociais, em que a FNE já participou em Lisboa em 2017, 2018 e 2019 (12 de novembro).

Este seminário contou também com três intervenções de dirigentes sindicais europeus - Dorota Obidniak (ZNO – Polónia), Gabriela Tlapová (CMOS PS – República Checa) e Joaquim Santos (FNE) -, à volta da temática dos “Sindicatos da Educação em vista do Diálogo Nacional no Âmbito do Quadro do SE”, que fundamentaram os seus progressos na construção de uma mensagem compartilhada no ciclo anual de governança económica e social da CE.

As três apresentações comungaram de questões-chave, como a falta de diálogo social dos respetivos governos, os desvios para a privatização, a escassez de professores, as desigualdades na educação ou a falta de atratividade da profissão docente.

De grande utilidade sindical foi igualmente a intervenção de Agnes Roman (CSEE) – “Preparando os próximos Ciclos do SE: Previsão das Prioridades em Educação e Formação da nova CE” -, que visou sobretudo um melhor acompanhamento nacional e europeu do SE e o aumento da participação, visibilidade e impacto dos sindicatos no processo.

Uma última referência extremamente positiva para os vários momentos de debate e discussão de temas, proporcionados por estes dois dias de seminário.



# Diplomas publicados em Diário da República de 26 de dezembro de 2019 a 25 de janeiro de 2020

## [Despacho nº 170/2020 - DR nº 4/2020,](#) [Série II de 2020-01-07](#)

*Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.*

Extinção de Centros Qualifica de acordo com a Portaria nº 232/2016, de 29 de agosto, que procede à regulação da criação e do regime de organização e funcionamento dos Centros Qualifica.

## [Despacho nº 203-A/2020 - DR nº 4/2020,](#) [1º Suplemento, Série II de 2020-01-07](#)

*Educação - Gabinete do Ministro*

Homologação da lista nominativa de trabalhadores com vínculo de emprego público que exercem funções nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede escolar pública do Ministério da Educação e que transitam para o mapa de pessoal dos Municípios.

## [Regulamento nº 11/2020 - DR nº 6/2020,](#) [Série II de 2020-01-09](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.*

Regulamento Prémio 2020 Arquivo.PT.

## [Despacho nº 347/2020 - DR nº 7/2020,](#) [Série II de 2020-01-10](#)

*Modernização do Estado e da Administração Pública - Gabinete da Ministra*

Aprova o Regulamento de Frequência do Programa de Capacitação Avançada para Trabalhadores em Funções Públicas.

## [Despacho nº 349/2020 - DR nº 7/2020,](#) [Série II de 2020-01-10](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro*

Procede à nomeação de uma Comissão de Avaliação Alto Nível, tendo por missão avaliar a implementação do Programa de Estímulo ao Emprego Científico.



## [Resolução da Assembleia da República nº 4/2020 -](#) [DR nº 10/2020, Série I de 2020-01-15](#)

*Assembleia da República*

Recomenda ao Governo que promova, no âmbito da estratégia a apresentar à União Europeia com referência ao próximo quadro financeiro plurianual, a introdução de uma linha que torne elegíveis as operações de remoção de amianto em edifícios públicos.

## [Despacho nº 660/2020 - DR nº 12/2020,](#) [Série II, 2020-01-17](#)

*Educação - Gabinete da Secretária de Estado da Educação*

É reconhecido o ensino na educação pré-escolar e dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, nos termos do currículo e programas portugueses, na Escola Camilo Castelo Branco, em Luanda.

## [Despacho nº 785/2020 - DR nº 14/2020,](#) [Série II, 2020-01-21](#)

*Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais*

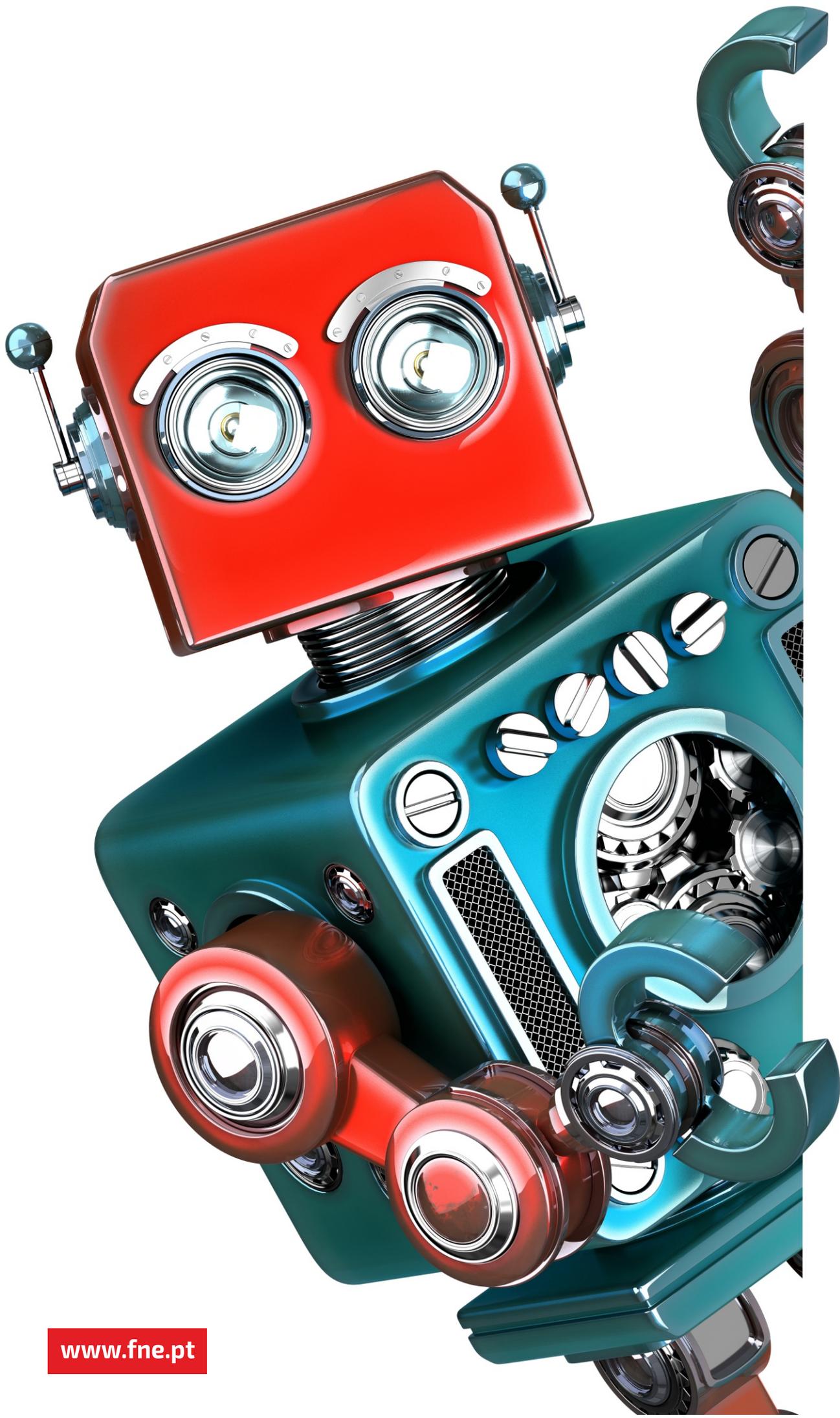
Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2020.

## [Despacho nº 1092/2020 - DR nº 17/2020,](#) [Série II de 2020-01-24](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro*

Nomeia membros do Conselho Coordenador do Ensino Superior



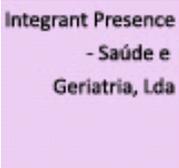


[www.fne.pt](http://www.fne.pt)



**+Vantagens**

*Protocolos*

	LOCALIZAÇÃO	DESCONTO ASSOCIADO
 <p><b>Integrant Presence</b> - Saúde e Geriatría, Lda</p> <p>A Integrant Presence - Saúde e Geriatría, Lda BELORIZONTE - Integrado e Residências Geriátricas Belorizonte</p>	Anadia	<p>Condições Especiais de Acesso às Residências Geriátricas Belorizonte:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- 25% em todas as situações de internamento temporário.</li></ul> <p>Acesso Especial ao Clube Saúde Belorizonte:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- 5% desconto nas várias modalidades no Clube Saúde Belorizonte</li></ul>
 <p><b>ASSP</b> ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DOS PROFESSORES</p> <p>ASSP - Associação de Solidariedade Social dos Professores</p>	Carcavelos Setúbal Aveiro Porto	Preços idênticos aos dos associados da ASSP
 <p><b>Santa Casa da Misericórdia de Cascais</b></p>	Cascais	10% sobre a mensalidade de internamento Isenção do pagamento do valor correspondente à "jóia de inscrição"

## TODAS AS VANTAGENS

<https://fne.pt/pt/go/federacao-vantagens-fne>



	LOCALIZAÇÃO	DESCONTO ASSOCIADO
 Grupo Axis Hotéis	Porto Viana do Castelo Esposende Póvoa de Varzim Ponte de Lima Braga	15% desconto  5% desconto
 Grupo Belver Hotels	Porto Albufeira Lagos Lisboa	20% desconto
 Grupo Nov Turismo	Alcanena Gouveia Leiria Seia	10% desconto
 Grupo Continental Hotels	Oeiras Lisboa Porto Vila Franca de Xira	10% desconto
 Grupo Solveverde	Portimão Espinho Gaia S. Felix da Marinha Chaves	10% desconto

# REGULAMENTO DO CONCURSO

Tema: 1º Maio- Dia do Trabalhador

## Objetivos

- Compreender o dia 1º de maio como o Dia do Trabalhador;
- Desenvolver o conhecimento sobre o 1º de maio;
- Reconhecer a solidariedade como um valor fundamental da sociedade atual;
- Contribuir para o desenvolvimento do trabalho em grupo.

## Modalidades de Concursos e Condições de Participação

O concurso encontra-se aberto a todos os alunos distribuídos pelos seguintes escalões:

**1º escalão**- Educação para a Infância (Pintura ou Colagem)

**2º escalão** - 1º Ciclo do Ensino Básico (Pintura)

**3º escalão** - 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (Pintura)

**4º escalão**- Ensino Secundário (Pintura)

Os trabalhos do 1º escalão (Educação para a Infância) serão unicamente de pintura ou colagem e coletivos (turma ou jardim de infância).

Os trabalhos do 2º escalão (1º Ciclo do Ensino Básico), serão coletivos (turma ou escola)

Os trabalhos dos 3º e 4º escalões, serão de caráter individual.

Cada concorrente, turma ou jardim de infância/escola só pode concorrer com um trabalho.

Os trabalhos não devem ultrapassar o tamanho A3 e o suporte deverá ser papel/cartolina/cartão.

*Em cada trabalho deverá constar no verso a etiqueta disponibilizada na contracapa deste folheto, podendo ser fotocopiada.*



COLAR NO VERSO DO TRABALHO
Nome do(s) autor(es) (individual / autores (coletivo))
_____
Escalão: 1 2 3 4
Estabelecimento de ensino
_____
Morada: _____
Telefone: _____
Endereço correio eletrónico: _____
A falta de qualquer destes elementos é motivo de exclusão do concurso.

PODE SER FOTOCOPIADO

## Prazos

O prazo de entrega dos trabalhos termina no dia 20 de abril (segunda-feira) de 2020.

## Entrega de Trabalhos

Os trabalhos podem ser entregues diretamente ou enviados por correio para a sede da FNE no Porto (Rua Pereira Reis, 399, 4200-448 Porto).

*(apenas serão avaliados os trabalhos recebidos até ao dia 20 de abril de 2020)*

# ERA UMA VEZ... O 1º DE MAIO

## Júri do concurso

O júri será constituído pelos seguintes elementos:

- Um(a) Representante da FNE
- Um(a) Representante da AFJET
- Um(a) Educador(a) de Infância
- Um(a) Professor(a) do 1º Ciclo do Ensino Básico
- Um(a) Professor de Educação Visual

## Divulgação dos Trabalhos Premiados

No dia 24 de abril de 2020 será divulgada a listagem dos trabalhos premiados, em cada modalidade, através da página [www.fne.pt](http://www.fne.pt) e facebook da FNE.

## Exposição dos Trabalhos

Os trabalhos premiados serão expostos no local onde a UGT- União Geral de Trabalhadores e a FNE- Federação Nacional da Educação, levam a efeito a comemoração do Dia do Trabalhador, no dia 1 de maio de 2020, na cidade de Vila Real.

Posteriormente os trabalhos serão divulgados nas páginas de internet e facebook da FNE.

## Sessão de Entrega de Prémios

Os prémios serão entregues no local das comemorações, no dia 1 de maio de 2020.

## Prémios

Terão direito a prémio os três melhores classificados em cada escalão.

Os alunos/turma e os estabelecimentos de ensino terão direito a Diploma de Participação.

Os prémios a atribuir, em cada escalão, serão os seguintes:

**1º Prémio** - Tablet \*

**2º Prémio** - Máquina fotográfica \*

**3º Prémio** - Livros / Jogos didáticos \*

## Disposições Finais

Os trabalhos ficam pertença da FNE.

\* os prémios podem ser substituídos por outros de igual valor.



Vê o filme do 1º de maio  
em [tv.fne.pt](http://tv.fne.pt)

### **FICHA TÉCNICA JANEIRO 2020**

**proprietário**  
Federação Nacional da Educação

**diretor**  
João Dias da Silva

**editor**  
Pedro Barreiros

**produção de conteúdos**  
Joaquim Santos e Tiago Soares

**secretariado**  
Teresa Morais

**sindicatos membros**  
Sindicato dos Professores da Zona Norte \*  
Sindicato dos Professores da Zona Centro \*  
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo \* Sindicato

Democrático dos Professores do Sul \* Sindicato Democrático dos Professores dos Açores \* Sindicato Democrático dos Professores da Madeira \* Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas \* Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte \* Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro \* Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

**tesoureiro**  
Joaquim Fernandes

**redação**  
Rua Pereira Reis, 399 \* 4200-448 Porto \*  
tel. 225 073 880 \* fax. 225 092 906 \*  
secretariado@fne.pt

**produção gráfica e paginação**  
Rafael Marques e Tiago Soares





**concurso nacional**  
2019/2020

**o 10** Era uma vez...  
**De maio**